



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO PEDAGOGIA**

ZENIR FARIAS DOS SANTOS

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO
SUPERIOR E OS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE**

Salvador

2013

ZENIR FARIAS DOS SANTOS

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO
SUPERIOR E OS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE**

Monografia apresentada a Faculdade de Educação,
Colegiado de Pedagogia, da Universidade Federal
da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título
de Pedagoga.

Orientadora: Profa. Dra. Nelma de Cássia Silva
Sandes Galvão.

Salvador

2013

ZENIR FARIAS DOS SANTOS

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO
SUPERIOR E OS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em ____ de _____ de 2013.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Nelma de Cássia Silva Sandes Galvão. (Orientadora)

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Teófilo Galvão Filho

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Félix Días Rodrigues

Aos professores defensores
Da educação na
perspectiva
Inclusiva.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a minha gratidão por essa conquista por ter sido o meu amparo nos momentos de provação pelos anjos que colocou no meu caminho quando mais precisei e por tudo que ele tem feito em minha vida.

Aos meus pais Gregório e Diolinda, pelo incentivo, apoio, amor e compreensão sem eles essa vitória não teria o mesmo significado. Obrigada por serem meus pais.

À minha equipe de futebol preferida formada pelos meus dez irmãos Manuel Mateus, Domirio, José Álvaro, Francisco, Ireni, Roseli, Edinalva, Maria Aparecida, Rosilene e Luzinete e eu completo esse time, é claro. Obrigada pelo apoio, por acreditar em mim, obrigada por ser quem vocês são, obrigada por ser meus irmãos. Sem vocês a minha vida não teria o mesmo brilho.

À minha saudosa Irmã Josélia (*in memoriam*), a quem dedico de maneira especial essa graduação. Dos doze irmãos, ela seria a primeira a concluir o ensino superior, porém não deu tempo e prematuramente teve a sua vida interrompida quando estava cursando o quinto semestre de administração de empresas. Obrigada, minha irmã, por tudo que você representou em minha vida, pelo exemplo de coragem e determinação, obrigada pelo seu sorriso que será sempre a minha fonte de inspiração nos momentos de desânimo.

Aos meus amados (a) sobrinhos (a), por terem sido minha principal fonte de pesquisa e observação quando o assunto era ludicidade, aquisição da linguagem e da escrita obrigada.

Às minhas cunhadas e cunhados por todo apoio que mim deram obrigada,

A toda minha família, tios e tias, primos e primas, a minha madrinha, amigos e amigas pela amizade e apoio.

À Telma, Edivaldo, Thyalla e Ana Paula, pelo apoio, acolhimento e amizade sem a colaboração de vocês tudo teria sido mais difícil obrigada por tudo.

À professora Lícia Beltrão, pelo apoio que me deu logo quando entrei na universidade na sistematização e escrita de resenhas e resumos. A qual sacrificou seu horário de almoço, por um período seguido e sistematizado, para me dar as orientações que precisava muito obrigada professora.

As minhas amigas Marília e Naidi, por essa amizade tão bonita que construímos e perpassou os muros da universidade.

A meu amigo Antônio, que sempre me apoiou e incentivou obrigada.

Às minhas amigas e companheiras de grupo (GEINE E NAPE), Vanessa, Valdete, Pauliane, Lana, Daiane, Marise Souza e Marise Barbosa, Mona Lisa, obrigada por tornar os momentos de reuniões e estudos mais significativos e divertidos. À Greice de maneira especial que com paciência, generosidade e competência me ensinou tudo que hoje sei fazer no computador e por ter me ensinado a utilizar os recursos de tecnologia assistiva presentes no NAPE.

A Marcos Welby, por seu exemplo de superação, dedicação e luta. Obrigada.

Aos responsáveis do núcleo A e B, pela colaboração na realização desse trabalho.

À professora Theresinha Miranda, de quem fui bolsista no NAPE, pelo seu exemplo de amor a vida acadêmica obrigada.

Ao professor Teófilo Galvão Filho, por ter aceitado o convite e fazer parte da banca, mas principalmente por todo conhecimento da Tecnologia Assistiva que tem nos proporcionado, obrigada.

Ao professor Félix Díaz Rodrigues, do qual fui aluna em duas disciplinas por ter aceitado também o convite e fazer parte da banca e por todo conhecimento que nos proporcionou e por seu exemplo de profissionalismo. Obrigada.

À minha querida e admirável professora Nelma Galvão, de quem fui aluna em duas disciplinas e posteriormente passou a ser minha orientadora em um projeto de extensão para o atendimento aos estudantes com deficiência na FAGED/UFBA, e agora minha orientadora de monografia. Obrigada, pró Nelma, pelo exemplo de profissional que a senhora é, para mim e, certamente, é e será também para os estudantes que tiveram e terão a oportunidade de serem seus alunos. Foram muitos os aprendizados que construí com a senhora, porém quero destacar o profissionalismo, a organização, planejamento, compromisso, humildade, respeito e valorização do outro. Tudo isso contribuiu para a minha formação pessoal e profissional. Muito obrigada.

Eu fico Com a pureza da resposta
das crianças é a vida, é bonita e é bonita [...]
(Gonzaguinha)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar e analisar a inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior, relacionando-a com a implementação e funcionamento de Núcleos de Acessibilidade em Instituições de Ensino Superior de Salvador. Constatou-se que a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, assim como o atendimento educacional especializado, são direitos constitucionais não só para a educação básica, mas também para o ensino superior. Apresenta abordagem qualitativa, através do estudo de caso, na qual utilizou a observação e entrevista como instrumentos para coleta de dados. Para desenvolvimento do trabalho, foram realizadas observações e entrevistas em dois núcleos de acessibilidade de duas universidades de Salvador. Os resultados da pesquisa apontam que os núcleos de acessibilidade estão atendendo adequadamente os estudantes que buscam o apoio pedagógico, porém as ações dos núcleos embora haja avanços e práticas diferenciadas as ações precisam ser gerais e não pontuais.

Palavras-chave: Inclusão. Ensino superior. Núcleos de acessibilidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1	Entrada principal da instituição A	38
Figura	2	Entrada principal da instituição A	38
Figura	3	Interior do núcleo da instituição A	38
Figura	4	Laboratório de informática disponível para uso dos estudantes com deficiência, funcionários estudantes	39
Figura	5	Impressora Braille	39
Figura	6	Entrada Principal da instituição B	41
Figura	7	Entrada Principal da instituição B	42
Figura	8	Entrada Principal da instituição B	42
Figura	9	Impressora Braille para impressão de documentos em Braille.	42
Figura	10	Impressora Braille para impressão de documentos em Braille	43
Figura	11	Impressora Braille para impressão de documentos em Braille	43
Figura	12	Mouse adaptados para pessoas com deficiência motora pode ser utilizado com os membros inferiores e superiores	43
Figura	13	Lupa eletrônica de mesa pra pessoas com baixa visão	44
Figura	14	Mouse adaptados para pessoas com deficiência motora	44
Figura	15	Mesa adaptada para pessoas com deficiencia motora	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CF	Constituição Federal
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
DV	Deficiência Visual
DA	Deficiência Auditiva
ES	Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
IBC	Instituto dos Benjamin Constant
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
NRB	NORMA BRASILEIRA
OCR	Reconhecedor Óptico DE Caracteres
SESU	Secretaria de Educação Superior
SEESP	Secretaria de Educação Especial
TA	Tecnologia Assistiva
TIC	Tecnologias de Comunicação e Informação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	GARANTIA DA LEGISLAÇÃO PARA A ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR	14
2.1	A ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR	17
3	A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE EMBASADOS PELO DISCURSO OFICIAL	22
3.1	TECNOLOGIA ASSISTIVA E ADAPTAÇÕES NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS	26
4	INVESTIGANDO AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS IES COM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	34
4.1	COLETA DE DADOS	35
4.2	OBSERVAÇÃO NA INSTITUIÇÃO “A”	36
4.3	OBSERVAÇÃO NA INSTITUIÇÃO “B”	40
4.4	ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE OS DADOS OBSERVADOS	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) garante o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente, na rede regular de ensino, assim como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva prever que os estudantes, público alvo da educação especial, sejam matriculados na rede geral de ensino. (BRASIL, 1996).

Essa nova realidade abriu caminhos para discussões e pesquisas sobre as políticas e ações da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. E o atendimento educacional especializado tem sido um dos principais focos de pesquisas por ser um meio que visa garantir a permanência desses estudantes nas escolas regulares.

Durante o meu percurso acadêmico, fiz parte como bolsista do núcleo de acessibilidade em uma instituição de ensino superior (IES). Como bolsista pude me aproximar da realidade da inclusão escolar no Ensino Superior. Constatei na ocasião que o núcleo possuía recursos da tecnologia assistiva para atender adequadamente os estudantes que procuravam o núcleo, porém percebia algumas lacunas com relação o disposto no decreto 7.611/2011 parágrafo 5º (BRASIL, 2011) sobre núcleo de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visa eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

Nessa perspectiva, o atendimento prestado se limitava apenas a prestação de serviços de adaptações do material didático e pedagógico para estudantes com deficiência visual (DV) do tipo cegueira e baixa visão, enquanto para os demais estudantes, principalmente os com deficiência física, não percebia nenhuma ação voltada para esse público no sentido de estabelecer diálogo e cobranças com os setores administrativos e colegiados, objetivando a efetiva inclusão para todos.

Assim como não percebia a prestação de informações aos colegiados de curso, professores e funcionários sobre a educação inclusiva, mas principalmente sobre a existência do núcleo de acessibilidade no interior da instituição. Sem contar com a carência de recursos humanos, que dificultava o AEE prestado aos estudantes.

Constatando esta lacuna, algumas questões sobre a acessibilidade dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) instalaram-se, levando-me a gestar este projeto, que tem como objetivo geral: estudar e analisar a inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior, relacionando-a com a implementação e funcionamento de Núcleos de Acessibilidade em Instituições de Ensino Superior da cidade de Salvador. Para melhor delimitá-lo, foram criados os seguintes objetivos específicos: entender e analisar as garantias dispostas na legislação e políticas de educação inclusiva que visam à inclusão e permanência dos estudantes, público alvo da educação especial no ensino superior; investigar as ações desenvolvidas por IES de SSA para o ingresso e permanência dos alunos com NEE no ES; relacionar as ações desenvolvidas pelas IES com as políticas educacionais de acesso ao ES.

Com o objetivo de investigar as legislações dispostas que garantem o acesso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior, esta pesquisa possibilita contribuir para o esclarecimento dos direitos das pessoas com deficiência desde o ingresso e permanência com atendimento adequado no núcleo de acessibilidade, assim como esclarecer sobre as responsabilidades do núcleo mediante a eliminação das barreiras que se apresentam. Assim, esclarecidos e cientes dos direitos e deveres, todos podem contribuir para a efetivação da inclusão no ensino superior.

Como referencial teórico esta pesquisa irá apoiar-se em: Mazzotta (1996), traçando o percurso histórico das pessoas com deficiência; Edler (2011) com as discussões e reflexões no contexto da inclusão escolar; Silva e Rodrigues (2007) e Miranda (2007) irão tratar da inclusão no ensino superior; Galvão Filho e Damasceno (2008) e Bersch e Pelosi (2007), com reflexões sobre a tecnologia assistiva e recursos de acessibilidade.

Este relatório de pesquisa (monografia) foi organizado em cinco capítulos, são eles:

Capítulo 1: introdução

Capítulo 2: disserta sobre o apanhado histórico da educação especial e garantias que a legislação assegura aos estudantes público alvo da educação especial no ensino superior.

Capítulo 3: aborda as legislações e ações dispostas que garantem a permanência dos estudantes com deficiência nas IES. E sobre a implantação e estruturação dos núcleos de acessibilidade e tecnologia assistiva.

Capítulo 4: explica a Metodologia utilizada para realização desta pesquisa. Apresenta a abordagem dessa pesquisa (qualitativa). Descreve os instrumentos utilizados para coleta de dados: observação e entrevista.

Descrição e Análise dos dados: inicialmente apresenta o local e os sujeitos que participaram da pesquisa. Em seguida, dispõe das análises com relação à observação e entrevista vinculadas as instituições A e B. Ao final, disponibiliza as análises realizadas a partir dos dados.

Capítulo 5: Apresenta as considerações finais.

2 GARANTIA DA LEGISLAÇÃO PARA A ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Este capítulo irá tratar das garantias que a legislação assegura aos estudantes, público alvo da educação especial no ensino superior, utilizando, para tanto, os dispositivos legais, presentes nas leis, decretos e publicações do Ministério da Educação, bem como as publicações científicas da área.

Inicialmente, será realizado um apanhado histórico sobre a Educação Especial, entendendo que:

Para compreender mais amplamente esse processo histórico há que se conhecer os muitos caminhos já trilhados pelo homem ocidental em sua relação com a parcela da população construída pelas pessoas com necessidades educacionais especiais. (ARANHA, 2005, p. 5)

Entretanto, essa não é uma tarefa fácil, uma vez que não se encontra facilmente relatos na literatura antiga que discorram sobre as relações sociais entre as pessoas ditas “normais” e as pessoas com deficiência.

Praticamente não se dispõe de dados objetivos registrados a respeito de como se caracterizava a relação entre sociedade e deficiência nos meados da vida cotidiana em Roma e na Grécia Antigas. Pode-se, entretanto, encontrar, na literatura da época, bem como na Bíblia, passagens que permitem inferir sobre sua natureza e procedimentos. (ARANHA, 2005, p. 6)

De acordo com os relatos históricos, as organizações sociopolíticas desse período eram organizadas, de maneira geral, em dois grupos: o da nobreza – detentora do poder social, político e econômico; e o populacho – constituído pela grande massa dependente da nobreza e considerada propriedade desta. Assim, só tinha valor quem produzisse e desse lucro para a nobreza, as pessoas com deficiência eram colocadas às margens da sociedade. A deficiência era considerada uma maldição, um castigo dos deuses, dessa forma eram abandonados, exterminados sem consequência de punições.

Segundo Kanner (1964, apud ARANHA, 2005, p. 9), “a única ocupação para os retardados mentais encontrada na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço para a diversão dos senhores e seus hóspedes.” Já na idade média, com o advento

do cristianismo, a situação das pessoas com deficiência começou a mudar, sendo que essas pessoas já não podiam ser mais exterminadas em consequência de sua deficiência. Porém, continuaram sendo segregadas e discriminadas, tendo como opção para manter a sua sobrevivência contar com a caridade dos cristãos.

A partir do século XVI, a história das pessoas com deficiência ganha uma nova ressignificação: “O século XVII foi palco de novos avanços no conhecimento produzido na área da medicina, o que fortaleceu a tese da organicidade, e ampliou a compreensão da deficiência como processo natural.” (ARANHA, 2005, p. 15). As pessoas passaram a receber tratamento do ponto de vista médico e não educacional, uma vez que nesse período a escola preparava os estudantes principalmente para a guerra ou para o clero e as pessoas com deficiência não se encaixavam no perfil de jovens para ocupar prioritariamente uma das duas funções referidas.

A história da educação especial no Brasil teve início no século XIX. Baseada em modelos já concretizados na Europa e Estados Unidos da América do Norte, se iniciou com organizações de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Portanto, o modelo de educação para as pessoas com deficiência adotados nesse período aconteceu com a fundação de instituições educacionais especializadas, substitutas ao ensino comum com um atendimento especial separados da educação regular. A primeira instituição especial foi fundada no Rio de Janeiro, datada em setembro de 1854, através do decreto imperial nº 1.428, efetivada por D. Pedro II, o Instituto dos Meninos Cegos, hoje, chamado Instituto Benjamin Constant (IBC). (MAZZOTTA, 1996)

Em 1857, foi fundado o Império Instituto dos Surdos-Mudos, hoje, chamado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Em 1948, foi criada no Rio de Janeiro a Escola Estadual Pestalozzi especializada no atendimento a deficientes auditivos e mentais. Em 1954, foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Já em 1961, com a implantação das diretrizes curriculares, as mudanças começaram a acontecer. As pessoas com deficiência passam a ter o direito de ingresso no ensino regular como mostra na LDBEN.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. (INCLUSÃO, 2008, p. 10)

Porém, dez anos após sua implantação a Lei nº 4.024/61 foi alterada pela Lei nº 5.692/71, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiência física, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados.” (INCLUSÃO, 2008, p. 10)

Percebe-se que, nessa primeira tentativa de promover uma educação inclusiva, houve um retrocesso provavelmente pelo despreparo das escolas e, principalmente, pela falta de formação dos professores para lidar com essa nova realidade educacional.

A partir da Constituição Federal de 1988, as pessoas com deficiência passam a ter direito e acesso ao ensino, preferencialmente, na rede regular, tendo como garantia e dever do estado, a oferta do atendimento educacional especializado (art. 208). Garantias estas sustentadas também na nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) lei 9.394/96 artigo 4º inciso III. (BRASIL, 1996).

Vive-se em uma sociedade marcada, desde a sua formação inicial, por divisões sociais, culturais e políticas, com grupos formados sempre pela minoria da sociedade, concentrando o poder e tomando as decisões em prol da maioria. E esses modelos se estendem também para as escolas:

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. (INCLUSÃO, 2008, p. 9)

Porém, a escola já não comporta esse modelo baseado no princípio da exclusão, principalmente, depois de ter o direito à educação garantido na Constituição Federal Brasileira. O princípio da inclusão deu abertura para a criação e aprovação de leis, decretos e emendas, garantindo aos estudantes, público alvo da educação especial, o acesso e permanência ao ensino regular, preferencialmente, na rede pública de ensino. E torna-se mais concreto quando se observa as políticas adotadas, por exemplo, a Convenção da Guatemala que aconteceu em 1999 e foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, cujo Decreto afirma que as

peças públicas alvo da educação especial têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas e define como discriminação, com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. (BRASIL, 1988)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva vem dar subsídios para que as transformações necessárias ou talvez as mais urgentes aconteçam, dando condições para que as escolas e professores do ensino regular se preparem e se tornem adequadas aos estudantes com NEE. E distingue a educação regular da educação especial.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008a)

Garante com isso o ingresso do estudante, público alvo da educação especial no ensino regular, assegurando também na lei o suporte que esses estudantes necessitam para acompanhar a turma a qual foi inserido, suporte não só aos alunos, mas também aos professores, contudo:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008a)

2.1 A ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Retomando ao tema garantia da legislação para a acessibilidade no ensino superior, reporta-se a Constituição Federal (CF), que no artigo 206 inciso I resgata a necessidade de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; e no artigo 208 incisos III e V enfatiza os seguintes aspectos:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. (BRASIL, 1988)

Assim, posto na CF, o acesso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino regular, preferencialmente, na rede pública de ensino, são garantias constitucionais. Consiste ainda como dever do estado oferecer o atendimento educacional especializado baseado no princípio de igualdade de condição e garantia de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1988).

Atualmente, as discussões e ações referentes à educação inclusiva têm avançado não só no âmbito educacional, mas também político. Percebido nas diversas legislações que visa assegurar os direitos dos estudantes, público alvo da educação especial. Entretanto, observa-se que na maioria dessas legislações a educação superior, na perspectiva da educação inclusiva, quase não é contemplada, tendo em vista que praticamente toda política está voltada para educação básica. Porém, esses documentos também não propõe exclusão ao ES.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/1996, no Art. 58, garante que a educação escolar seja oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para os educandos, público alvo da educação especial (BRASIL, 1996). Entretanto, essa lei também não faz referência desse público no Ensino Superior. Porém, quando se diz que todos têm direito aos níveis mais elevados de ensino enfatizado na CF de 1988, subtende que esse direito se estende também ao ensino superior, ainda que as garantias dispostas nas políticas estejam voltadas para a educação básica.

A Declaração de Salamanca traz sugestões e princípios de uma educação inclusiva e salienta a necessidade de mudanças e de um novo pensar em educação especial. Traz orientações para ações a nível nacional, regionais e internacionais (DECLARAÇÃO, 1994). Portanto, a educação inclusiva é um direito de todos em todos os níveis e modalidades de ensino. O fato da educação superior não ser contemplada nas legislações talvez seja pela questão de não se considerar uma possibilidade real para a pessoa com deficiência, conforme aponta Silva e Rodrigues (2007):

Esta é uma questão da atualidade, pois há muito pouco tempo não se concebia a ideia de uma pessoa com qualquer deficiência ser capaz de realizar um curso superior. É comum a discussão da inclusão deste grupo de pessoas na educação básica, mas na educação de nível superior só muito recentemente esta temática tem ocupado um ínfimo espaço. (SILVA; RODRIGUES, 2007, p. 4)

Assim para Miranda (2007) a exclusão das pessoas com deficiência envolve diversos fatores sociais e históricos:

A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior vem ocorrendo, gradativamente. Isso decorre, dentre outros fatores, do fato de pequena parcela população ter acesso à Educação Básica e aos Serviços de Reabilitação o que indica sua exclusão dos direitos sociais básicos. Associado a isso, é possível afirmar que as restrições de acesso e progressão dessas pessoas na Educação Superior estão relacionadas às condições sócio-econômicas e a própria história de exclusão, peculiar à educação superior no país, com forte tendência a privatização, ao elitismo, como também ao mito de incapacidade creditado à pessoa com deficiência. (MIRANDA, 2007, p. 1)

Entretanto, percebe-se que essa realidade está mudando e isso se nota com a implementação de emendas e decretos que garantem o acesso e permanência dos estudantes, público alvo da educação especial nas (IES), assim como na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que traz como objetivo:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; [...] Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (INCLUSÃO, 2008)

Entre as leis e decretos que visam garantir o acesso e permanência no ensino superior, pode ser citada a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU/2006 sancionada no Brasil como emenda constitucional pelo

decreto nº 6.949/2009 que traz claramente o direito do público alvo da educação inclusiva a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. (BRASIL, 2009)

A lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo decreto 5.296/2004, prever a acessibilidade como ação concreta na eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, nas edificações, incluindo instalações, equipamentos e mobiliário e nos transportes escolares, assim como eliminação de barreiras nas comunicações, fornecendo as escolas os recursos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento de acordo com os critérios estabelecidos na lei. (BRASIL, 2004)

O decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, também versa sobre esta temática, estabelecendo normas sobre a educação especial e atendimento educacional especializado aos estudantes público alvo da educação especial. Ainda neste decreto, o Art.1º, inciso I dispõe sobre “garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.” (BRASIL, 2011a). Para isso, se faz necessário uma mudança em toda estrutura das instituições de ensino superior para promover de fato a inclusão, pois:

Para enfrentar os mecanismos excludentes, precisamos intervir no sistema educacional, ampliando, diversificando suas ofertas, aprimorando sua cultura e prática pedagógica e, principalmente, articulando-o com todas as políticas públicas. (EDLER, 2011, p. 63)

Nesse mesmo decreto, no artigo 3º, o inciso IV, afirma que é dever do estado “assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.” (BRASIL, 2011a). Enfim, esse decreto por si só, se fosse implementado de fato, asseguraria aos estudantes, público alvo da educação especial, o ingresso e permanência no ensino superior. Uma vez que, no capítulo 5º, inciso VII, é apontado que o AEE deve visar a “estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.” (BRASIL, 2011a). Ainda neste quinto parágrafo, aparece a seguinte disposição:

§ 5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência. (BRASIL, 2011a)

Enfim, percebe-se que os discursos que visam o ingresso e permanência dos estudantes, público alvo da educação inclusiva, nas IES já são uma realidade concreta e garantida nas legislações. O momento atual é de construção desses espaços com ações e atitudes que respeitem, garantam e façam serem cumpridos os direitos desse público que estão conquistando os seus espaços nas instituições educacionais de ensino superior. Principalmente, no que tange a permanência dos estudantes com deficiência matriculados nas IES com oferta de atendimento educacional especializado de acordo com as normas estabelecidas neste decreto.

Logo, as leis existentes não funcionam sem que a sociedade se envolva e assuma a responsabilidade de refletir sobre os direitos das pessoas com deficiência. Para Edler (2011):

A letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos assumem os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. (EDLER, 2011, p. 79)

Não se pretende, com isso, encerrar essa discussão, mas provocar, nas instituições educacionais e políticas, atitudes e ações concretas que possam de fato garantir com sucesso a permanência dos estudantes, público alvo da educação especial, nas IES como está previsto na lei.

Entretanto, quando se trata em refletir sobre a ampliação das garantias legais e reais de acesso das pessoas com deficiência no ensino superior, de forma justa e democrática é preciso, ainda, superar um grande abismo criado historicamente no imaginário social e coletivo da população em geral e, mais precisamente, do meio acadêmico que possui muito receio e resistência à inclusão destas pessoas neste espaço restrito a um grupo privilegiado do país. (SILVA; RODRIGUES, 2007, p. 6)

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE EMBASADOS PELO DISCURSO OFICIAL

Com a democratização da educação brasileira, o direito à educação deixou de ser um privilégio de poucos e passou a ser um direito de todos. E isso é facilmente notado nas IES, local em que se encontra uma diversidade de estudantes oriundas das camadas mais altas da sociedade, as mais desfavorecidas, cursando até mesmo os cursos de maior prestígio, sem contar com as diferenças de gênero, crença, étnicas etc. Tais fatos são conquistas importantes para o desenvolvimento da sociedade. Só se tornaram uma realidade concreta devido ao grande interesse de todos. Isso não significa que o sistema implantado seja perfeito e atenda as necessidades de toda sociedade, pois quando equiparada aos direitos das pessoas com deficiência, percebe-se que as dificuldades e desigualdades enfrentadas são bem maiores. Dificuldades estas talvez por envolver uma minoria da sociedade interessada, que, até pouco tempo, não tinham os seus direitos de cidadão reconhecidos.

Atualmente, leis, decretos, portarias, entre outros documentos oficiais, têm sido promulgados com o objetivo de dar condições de ingresso e permanência aos estudantes, público alvo da educação especial, nas instituições de ensino superior. Como meios para garantir igualdade de condições, foram criados programas de acessibilidade para garantir a permanência com qualidade dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Para tanto, a acessibilidade foi definida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NRB 9050 como: “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.” (ASSOCIAÇÃO, 2004, p. 2)

Entende-se acessibilidade como elementos presentes no meio que tendem a melhorar as condições físicas ou sensoriais dos estudantes, público alvo da educação especial, dando-lhes condições de igualdade nas atividades acadêmicas assim como acessibilidade arquitetônica, que são os principais focos desse trabalho monográfico.

Entre os recursos de adaptações para promoção dos estudantes com deficiência, destaca-se o uso da tecnologia assistiva, que tem sido tão bem

apropriada pelos núcleos de acessibilidade nas IES. Esse assunto será retomado mais adiante com maior profundidade.

Pensar na permanência dos estudantes, público alvo da educação especial, no ensino superior é abrir um leque para a discussão enquanto a caracterização dos núcleos de acessibilidade. Para isso, irá recorrer à legislação e publicações científicas pertinentes a essa temática.

No primeiro capítulo, foi mencionado que a Constituição Federal refere-se à educação como direito de todos e dever do estado que será ofertada com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e, para isso, garante atendimento educacional especializado aos estudantes público alvo da educação especial. Configura-se como garantia e direito de todos também, o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, de acordo a capacidade de cada um. (BRASIL, 1988)

Enfim, o decreto 7.611, institui os núcleos de acessibilidades no ensino superior como espaços que têm como finalidade a eliminação de barreiras físicas, de comunicação e de informação que limitam a participação, o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes público alvo da educação especial. (BRASIL, 2011a)

Neste mesmo decreto no Art. 5º, § 4º enfatiza que:

A produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo. (BRASIL, 2011a).

Esses são os recursos mínimos que se deve ter nas salas de recursos para atender as necessidades individuais dos estudantes com deficiência. E garantir a permanência com qualidade até a conclusão do curso. Enquanto a distribuição desses recursos encontra-se no artigo quinto, ficando estabelecido o seguinte:

Art. 5º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (BRASIL, 2011a)

Esse apoio técnico e financeiro ao qual o artigo refere-se é uma garantia para atender as escolas e não as universidades. Porém, ainda no artigo 5º parágrafo VII, dispõe sobre a “estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.” (BRASIL, 2011a). Para a estruturação desses núcleos, foi criado o Programa INCLUIR que é uma ação afirmativa desenvolvida pela Secretaria de Educação Superior (SESU) e Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério de Educação (MEC), para promover a inclusão da pessoa com deficiência, nas instituições federais de ensino superior (IFES). Este programa, recentemente, passou por mudanças para melhorar a condição dos estudantes com deficiência nas IFES. A principal mudança foi na forma de repasse dos recursos, que desde o princípio de sua criação até o ano de 2010, era disponibilizado através de editais. Para a aquisição desses recursos, as universidades participavam de uma seleção para receber os respectivos valores. Com as mudanças do programa, as universidades poderão receber os recursos sem a necessidade de passar por uma seleção.

Mediante a reformulação do programa, os principais objetivos a serem alcançados com a eliminação da seleção implicam nos seguintes aspectos:

Com a mudança no programa, com o investimento direto nas instituições, o MEC espera melhorar as condições para o acesso e a permanência dos estudantes nos cursos de nível superior. O último edital disputado pelas universidades foi em 2010 e sua vigência terminou em dezembro de 2011. O valor total previa a aplicação de R\$ 5 milhões. O MEC informou ainda que, em 2012, foram investidos em todas universidades federais a quantia de R\$ 3 milhões. A previsão de investimento deve alcançar R\$ 11 milhões em 2013, a serem aplicados em adequação arquitetônica para acessibilidade como rampas, barras de apoio, corrimão, piso e sinalização tátil. Além das obras de adaptações, o MEC destacou que os recursos também poderão ser usados na aquisição de computador com interface de acessibilidade, impressora braille, lupa eletrônica e outros materiais didáticos e pedagógicos. (GALVÃO FILHO, 2012)

Percebe-se que as ações em prol da inclusão dos estudantes com deficiência no Ensino Superior vêm se fortalecendo gradativamente, a exemplo da portaria 3.284, aprovada em 07 de novembro de 2003, cuja secretaria de Educação

Superior, com apoio técnico da secretaria de educação especial, institui critérios de acessibilidade para o reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições de ensino superior (BRASIL, 2003). Com a implantação desta portaria, fica estabelecido que as respectivas instituições disponham do núcleo de acessibilidade para atender as necessidades específicas dos estudantes com deficiência, tanto no aspecto pedagógico, quanto na acessibilidade arquitetônica. E estabelece como requisitos mínimos e específicos em função de suas características e necessidades individuais alguns critérios.

Como mencionado acima, cada tipo de deficiência requer recursos e adaptações específicas, portanto, para o atendimento dos estudantes com deficiência física, priorizou-se os requisitos de adaptações do espaço arquitetônico e mobiliários, tais como:

- a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas. (BRASIL, 2003)

Enquanto para o atendimento especializado aos estudantes com deficiência visual, priorizou-se os critérios a seguir:

- II - no que concerne a alunos portadores de deficiência visual, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:
 - a) de manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
 - b) de adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático. (BRASIL, 2003)

O mesmo princípio aplicou-se aos estudantes com deficiência auditiva que tem assegurado os requisitos específicos que atendem as suas especificidades.

III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;

b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico. (BRASIL, 2003)

Enfim, as políticas atuais que visam garantir a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, além de criar medidas que garantem a inclusão dos estudantes com deficiência, oferecem um arsenal de orientações e recursos técnicos e pedagógicos de acessibilidade para garantir o acesso e permanência com qualidade do estudante com deficiência no ensino superior, levando em conta as suas singularidades. Para garantir a permanência desses estudantes, o portal de ajudas técnicas e outros autores e pesquisadores do assunto oferecem orientações e recursos da tecnologia assistiva como meios para garantir o direito a aprendizagem e o direito a participação ativa que serão apresentados e analisados a seguir.

3.1 TECNOLOGIA ASSISTIVA E ADAPTAÇÕES NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS

Retomando ao tema tecnologia assistiva mencionado anteriormente e resgatando a definição do comitê de ajudas técnicas (CAT), entende-se que:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2007)

Os recursos da TA estão cada vez mais presentes nos núcleos de acessibilidade das IES e, com esse caráter interdisciplinar adotado pela CAT, a TA tem a função de promover a independência das pessoas com deficiência de uma forma abrangente, permeando diversas áreas do conhecimento, não só a área médica, mas também a área educacional. Para área educacional, pode-se afirmar que a TA utilizada como recursos de acessibilidade tem sido fundamental para garantir o direito à participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência.

De acordo com Bersch e Pelosi (2007), o portal de ajudas técnicas com objetivos de implementação das políticas de educação inclusiva a tecnologia assistiva foi subdividida em modalidades distintas, que formam áreas de especialização, desenvolvimento e prestação de serviços. As referidas subdivisões são organizadas conforme descrições abaixo,

Recursos pedagógicos adaptados (fascículo 1 do Portal de Ajudas Técnicas); A Comunicação Alternativa (fascículo 2 do Portal de Ajudas Técnicas); Recursos de acessibilidade ao computador; Recursos para as atividades de vida diária; Adaptações de jogos e brincadeiras- recreação; Equipamentos de auxílio para pessoas cegas e com baixa visão; Equipamentos de auxílio para pessoas surdas ou com perdas auditivas; Controle de ambiente; Adequação postural; Mobilidade alternativa; Órteses e próteses; Projetos arquitetônicos para acessibilidade. (BERSCH; PELOSI, 2007, p.)

Os recursos da TA são utilizados com objetivos de promover acessibilidade para a independência das pessoas com deficiência. Para tanto, o decreto 5.296 de 2004 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida definindo acessibilidade como:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004)

Ainda neste decreto, define-se o conceito de ajudas técnicas de forma que, a depender de sua aplicação, é considerada pelo portal de ajudas técnicas como sinônima da TA.

[...] consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida. (BRASIL, 2004)

A garantia da educação inclusiva e a exigência de estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições educacionais tem possibilitado maiores investimentos em meios de adaptações e acessibilidade que possibilitem maior independência às pessoas com deficiência em todos os âmbitos. E a TA tem sido um dos meios mais favoráveis para essas adaptações principalmente quando se trata de recursos que promovam acessibilidade ao computador.

Galvão Filho e Damasceno (2008) esclarecem que:

É considerada Tecnologia Assistiva, portanto, desde artefatos simples, como uma colher adaptada ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a preensão, até sofisticados programas especiais de computador que visam à acessibilidade. (GALVÃO FILHO; DAMASCENO, 2008, p. 5)

Assim, os recursos da TA possibilitam aos estudantes com deficiência estarem presentes nas salas de aula construindo o seu conhecimento de forma ativa junto com os seus colegas. Nesse sentido, conforme Galvão Filho e Damasceno (2008 a, p.7), “As diferentes maneiras de utilização do computador como Tecnologia Assistiva têm sido sistematizadas e classificadas das mais variadas formas, dependendo da ênfase que quer dar cada pesquisador.”

Para esse trabalho monográfico, que tem como objetivo investigar e analisar as garantias que assegurem a inclusão e permanência dos estudantes público alvo da educação especial no ensino superior, optou-se por descrever alguns leitores de tela, OCR e outros recursos, como impressora Braille e lupas eletrônica, mouse adaptado, mesa para pessoas com deficiência motora recursos da tecnologia assistiva que possibilitam a acessibilidade para eliminar ou diminuir as barreiras pedagógicas de comunicação e informação que estão entre os principais recursos presentes nos núcleos de acessibilidade. A seguir, com base nos seguintes autores Galvão Filho e Damasceno (2008), Bersch e Pelosi (2007), Meicke, Braz e Matos, (2006), são apresentados estes recursos:

- **JAWS:** É um leitor de tela desenvolvido pela empresa FreedomScientific. É considerado por alguns usuários o mais completo leitor de telas para plataforma Windows. Entretanto, não é gratuito, sendo necessária a sua compra para se obter a licença e usar por tempo indeterminado. O fato de ser um programa privado não impede ao usuário de fazer Download e utilizá-lo por um tempo limitado de 40 minutos.
- **DOSVOX:** Além de leitor de tela, o Dosvox é um programa com sistema operacional que permite o acesso ao computador. É gratuito e desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ).
- **NVDA:** É um leitor de tela acessível a todos, ou seja, totalmente gratuito e aberto para o sistema operacional Microsoft Windows. A sua criação teve início em 2006, pelo jovem australiano Michael Curran. O uso desse leitor de tela facilita o acesso por pessoas cegas e com baixa visão ao computador usando uma das seis falas sintéticas disponibilizadas ao usuário.
- **VIRTUALVISION:** É um leitor de tela desenvolvido no Brasil 1997 pela empresa brasileira Micropower. Diferente do NVDA não é gratuito, sendo necessária a compra da licença para a sua utilização.
- **ORCA:** É um leitor e ampliador de telas gratuito, a sua maior vantagem em relação aos outros programas é que ele funciona em Sistema Operacional Linux o que o torna mais acessível, possibilitando às pessoas com deficiência visual a utilização de apenas um programa.
- **OCR – RECONHECEDOR ÓTICO DE CARACTERES:** programa utilizado para fazer a conversão de documentos digitalizados em imagem para textos. E possibilita ao usuário salvar texto convertido em um arquivo num formato de texto editável.
- **LUPA ELETRONICA:** É um equipamento óptico fabricado em diversos modelos e equipado de uma lente com habilidade de ampliar imagens e transmiti-las a um monitor de computador ou tela de TV convencional. Criada para auxiliar pessoas com baixa visão, que precisam de maior ampliação de imagens e textos para auxiliar na leitura.

- **LUPA MANUAL:** São lentes portáteis convexas ou uma combinação de lentes montadas em armação com a funcionalidade de aumentar a imagem focalizada.
- **IMPRESSORA BRAILLE:** instrumento eletrônico acoplado ao computador para impressão de documentos em Braille. O seu funcionamento é semelhante ao das impressoras em tinta, sendo que imprimem em papel documentos codificados em texto para o sistema Braille.
- **MOUSE ADAPTADO:** são adaptações feitas neste dispositivo, de variadas formas para torná-lo mais acessível.

Galvão Filho e Damasceno (2008) classificam a tecnologia assistiva em três grupos que são apresentados da seguinte forma:

1- Adaptações físicas ou órteses. São todos os aparelhos ou adaptações fixadas e utilizadas no corpo do aluno e que facilitam a interação do mesmo com o computador.

2- Adaptações de hardware. São todos os aparelhos ou adaptações presentes nos componentes físicos do computador, nos periféricos, ou mesmo, quando os próprios periféricos, em suas concepções e construção, são especiais e adaptados.

3- Softwares especiais de acessibilidade. São os componentes lógicos das TIC quando construídos como Tecnologia Assistiva. Ou seja, são os programas especiais de computador que possibilitam ou facilitam a interação do aluno com deficiência com a máquina. (GALVÃO FILHO; DAMASCENO, 2008, p. 9)

Entre os variados e ricos recursos da TA, com possibilidades de adaptações, Galvão Filho e Damasceno (2008) apresentam entre os inúmeros exemplos de Softwares Especiais de Acessibilidade os simuladores de teclado e os simuladores de mouse. Segundo eles:

Todas as opções do teclado ou as opções de comando e movimento do mouse podem ser exibidas na tela e selecionadas, ou de forma direta, ou por meio de varredura automática que o programa realiza sobre todas as opções. (GALVÃO FILHO; DAMASCENO, 2008, p. 15)

Os recursos citados são exemplos do mínimo de acessibilidade que as IES devem disponibilizar através da TA nos núcleos de acessibilidade, para garantir a permanência dos estudantes com deficiência. Através das visitas a esses espaços,

percebeu-se que esses são os principais recursos da TA, solicitados e utilizados nos núcleos de acessibilidade das IES. Contudo, observa-se que simples ou sofisticadas, as adaptações fazem a diferença na vida de muitas pessoas com deficiência, sendo muito claro que a deficiência, por mais acentuada que seja, não se caracteriza como um fator de isolamento ou impedimento que justifique o não acesso das pessoas com deficiência as instituições de ensino. Muitas vezes, o fracasso desses estudantes está diretamente ligado à deficiência das próprias instituições que não promovem a acessibilidade, pois a independência destes estudantes depende muito das ações das instituições, uma vez que a TA, as Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) e ajudas técnicas oferecem inúmeras possibilidades de adaptações e recursos acessíveis que contribuem para autonomia e condições de aprendizagem aos estudantes com deficiência junto com seus colegas.

A TIC, utilizada como tecnologia assistiva ou por meio desta, tem garantido aos estudantes com deficiência maior independência e autonomia na realização de atividades e participação nas aulas, uma vez que a sua autonomia está diretamente ligada a acessibilidade, não só a pedagógica como também a arquitetônica. E os núcleos de acessibilidade surgiram exatamente para promover a acessibilidade em todos os âmbitos, mas principalmente a acessibilidade pedagógica assim como a eliminação das barreiras de comunicação e informação, pois, para Galvão Filho, (2011):

[...] a tecnologia assistiva surge para a pessoa com deficiência, em muitos casos como um privilegiado elemento catalisador e estimulador na construção de novos caminhos e possibilidades para o aprendizado e desenvolvimento, na medida em que se situa com instrumento mediador, disponibilizando recursos para o “empoderamento” dessa pessoa, permitindo que possa interagir, relacionar-se e competir em seu meio com ferramentas mais poderosas, proporcionadas pelas adaptações de acessibilidade de que dispõe. (GALVÃO FILHO, 2011, p. 131)

Contudo, as legislações artigos e publicações analisadas, até o momento, apontam para uma real situação concreta que asseguram os direitos das pessoas com deficiência bem como a sua permanência nas IES, porém para que essa realidade se concretize depende agora das ações das instituições de ensino, assim como da sociedade, para que sejam dadas as condições de permanência desses

estudantes. Entretanto, para que essa permanência aconteça de fato faz-se necessário o conhecimento e desenvolvimento da TA que segundo Galvão Filho (2001):

Os objetivos da Tecnologia Assistiva apontam normalmente para recursos que geram autonomia pessoal e vida independente do usuário. Na área educacional, a Tecnologia Assistiva vem se tornando, cada vez mais, uma ponte para abertura de novo horizonte nos processos de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiência até bastante severas. (GALVAO FILHO, 2011, p. 140)

Quando se refere ao uso da TA Galvão (2011), levanta uma discussão muito pertinente, que vai de encontro ao pensamento de muitas pessoas com deficiência, que questionam os recursos e ações em prol delas em que na maioria das vezes são tomadas decisões sem a consulta e o envolvimento dos usuários e lhes dão a condição de dizer tudo por nós sem nós. Porém, quando Galvão Filho (2011) levanta a questão de se ter a plena participação e envolvimento dos usuários no desenvolvimento da TA como protagonistas e autores principais do processo, essa postura, se aplicada, muda o discurso do “tudo por nós sem nós” e coloca a pessoa com deficiência na condição de sujeito ativo que pensa constrói e reconstrói o conhecimento no meio acadêmico, não como agentes, mas como sujeitos na relação ensino aprendizagem dentro da condição também usada por eles “nada por nós sem nós”, uma vez que para Galvão Filho e Damasceno (2008):

[...] as limitações do indivíduo com deficiência tendem a tornar-se uma barreira a este aprendizado. Desenvolver e disponibilizar recursos de Tecnologia Assistiva seria uma maneira concreta de neutralizar as barreiras causadas pela deficiência e possibilitar a inserção desse indivíduo nos ambientes ricos para a aprendizagem, proporcionados por sua cultura. Outra dificuldade que as limitações de interação trazem consigo são os preconceitos a que a pessoa com deficiência está sujeita. Desenvolver recursos de Tecnologia Assistiva também pode significar combater esses preconceitos, pois, no momento em que lhe são dadas as condições para interagir e aprender, explicitando o seu pensamento, o indivíduo com deficiência mais facilmente será percebido e tratado como um "diferente-igual"... Ou seja, "diferente" por sua condição de pessoa com deficiência, mas ao mesmo tempo "igual" por interagir, relacionar-se e competir em seu meio com recursos mais poderosos, proporcionados pelas adaptações de acessibilidade de que dispõe. (GALVÃO FILHO; DAMASCENO, 2008, p. 4)

A análise das legislações e publicações mais recentes, a favor da educação especial na perspectiva inclusiva, não deixa dúvida de que a educação é um direito de todos, em todos os níveis de ensino, assim como o AEE, como forma de garantir a permanência com qualidade dos estudantes com deficiência matriculados nas instituições de ensino, inclusive no ensino superior. A proposta de implantação dos núcleos de acessibilidade nas IES tem como principal objetivo promover a acessibilidade em todos os âmbitos, mas principalmente o pedagógico assim como a eliminação das barreiras, arquitetônicas e as barreiras de comunicação e informação. O capítulo seguinte irá investigar e analisar dois núcleos de acessibilidade nas IES de Salvador para constatar na prática como está acontecendo esse atendimento e quais recursos estão sendo utilizados e como estão sendo usados nesses espaços.

4 INVESTIGANDO AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS IES COM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Para constatar as garantias dispostas em lei que asseguram o ingresso e permanência do estudante com deficiência no ensino superior, utilizou-se a abordagem qualitativa, que, para Deslandes (1994), tem como objetivo quando empregada nas ciências sociais, dados da realidade que não são passíveis de quantificação. De acordo com a autora, esse tipo de abordagem metodológica:

[...] trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (DESLANDES, 1994, p. 21)

Frequentemente, utilizada nas pesquisas vinculadas às ciências humanas, a pesquisa qualitativa investiga motivos e nuances de um determinado fenômeno, que permite interpretá-los sem necessariamente deter-se em dados estatísticos. Pois para Chizzotti (1995):

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolado, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 1995, p. 79).

Na busca do referencial teórico-metodológico mais adequado às investigações de campo, esta pesquisa adota como referencial principal o estudo de caso que Chizzotti (1995) qualifica como:

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

O caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado também como um marco de referencia de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação. (CHIZZOTTI, 1995, p. 102)

As ações desenvolvidas pelas IES de Salvador, bem como a implementação e funcionamento dos núcleos de acessibilidade para o acesso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior, foram colhidas com observações dos núcleos. Na justificativa do trabalho de campo, Becker (1994) enfatiza que o pesquisador de campo consegue muitos dados e, inevitavelmente, contribuem com a comprovação (ou não comprovação) das hipóteses, uma vez que estas podem ser mais testadas ao longo do processo.

4.1 COLETA DE DADOS

Para verificar as ações desenvolvidas nas IES de Salvador com o objetivo de saber se os núcleos estruturados nas instituições observadas atendem os requisitos mínimos e acessibilidade de acordo com as políticas educacionais de acesso e permanência no ensino superior, optou-se por observar duas instituições de ensino superior. A escolha se deu de forma intencional mediante informações de que as IES observadas tinham núcleos de acessibilidade em funcionamento.

Para identificar os aspectos que se pretende levantar, considerou importante registrar a caracterização do espaço físico do núcleo. Em seguida, optou-se por fazer observação e entrevista. A entrevista foi entendida como um “procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais.” (DESLANDES, 1994, p. 57)

A observação para este trabalho foi considerado a partir da seguinte perspectiva:

[...] técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 88)

A observação caracterizou-se como sistemática, porque a observadora organizou, planejou a visita e o roteiro, priorizando as questões mais importantes dos dados que queria coletar.

A observação do espaço e funcionamento do núcleo foi feita em um único momento, sendo que foi um dia em cada núcleo. Foi aplicado o questionário com três perguntas a um profissional responsável pelo atendimento no núcleo. As questões que nortearam a pesquisa foram estruturadas da seguinte forma:

1ª - Quem são os funcionários do núcleo?

2ª - Quais são os recursos de acessibilidade que estão disponíveis e como eles são utilizados?

3ª - Quais as áreas de atuação do núcleo de acessibilidade?

Para não expor as instituições, irei chamá-las de: instituição A e B.

A entrevista do núcleo de acessibilidade da instituição A foi feita com uma funcionaria contratada com graduação em pedagogia.

No núcleo de acessibilidade da instituição B a entrevista foi respondida por uma funcionaria com deficiência visual, graduada em pedagogia e mestre em educação e contemporaneidade.

4.2 OBSERVAÇÃO NA INSTITUIÇÃO “A”

CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO:

O núcleo é composto por quatro salas: 1 sala de projetos; 1 sala de administração; 1 sala multimídia; 1 sala de atendimento.

Na Universidade, assim como no interior do núcleo, há pista tátil que facilita o acesso com independência dos estudantes com deficiência visual nas dependências desse espaço.

O QUADRO DE FUNCIONÁRIOS É COMPOSTO POR:

1 Coordenador professora da Universidade (colegiado); 1 Suporte de coordenador pedagógico deficiente visual; 2 Professores que dão hora no núcleo; 1 Intérprete de libras; 2 Estagiárias; 3 Técnicos administrativos.

EQUIPAMENTOS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS NO NÚCLEO:

20 Computadores todos com leitores de tela instalados; 2 Impressoras Braille; 1 Lupa eletrônica; 1 Teclados ampliados; 1 Mouse adaptado; 1 Impressoras; 1 Máquinas Braille; Regletes, punção, globo adaptado, pequeno acervo em Braille, alguns filmes com áudio descrição. Laboratório Multimídia (onde são oferecidos os cursos para os estudantes e a comunidade). Leitores de tela, tendo como principal leitor de tela o NVDA.

UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

Os equipamentos ficam a disposição dos estudantes com deficiência, assim como dos demais estudantes e funcionários, tendo em vista a inclusão como todo e não só em função do estudante com deficiência.

Os equipamentos são utilizados tanto para adaptação de material pedagógico realizado pelos funcionários como também para os estudantes em estudos, pesquisas e trabalhos.

ARÉA DE ATUAÇÃO:

O núcleo oferece serviços de apoio e atendimento aos estudantes e funcionários com necessidades especiais.

Formação continuada de professores;

Formação de técnicos e funcionários;

Projeto de formação para professores oferecidos a distância;

Cursos de extensão, curso de Informática;

Parceria com Instituições que atuam no atendimento a pessoas com deficiência;

Atende os 24 campi da Universidade distribuídos por todo estado da Bahia;

Atende os alunos dos cursos de idiomas;

Faz trabalho de sensibilização com a comunidade do entorno da universidade.

Segue imagens do espaço da instituição a e de alguns recursos disponíveis no núcleo de acessibilidade.

Figura 1: Entrada principal da instituição A



Fonte: Foto tirada na instituição A em 25-02-

Figura 2: Entrada principal da instituição A.



Fonte: Foto tirada na instituição A em 25-02-2013.

Figura 3: Interior do núcleo da instituição A.



Fonte: Foto tirada na instituição A em 25-02-2013

Figura 4: laboratório de informática disponível para uso dos estudantes com deficiência, funcionários estudantes.



Fonte: Foto tirada na instituição A em 25-02-2013.

Figura 5: Impressora Braille.



Fonte: Foto tirada na instituição A em 25-02-2013.

4.3 OBSEVAÇÃO NA INSTITUIÇÃO “B”

CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO:

A estrutura física deste núcleo é composta por:

1 Sala de recepção; 1 Sala de reunião e de estudo onde ficam 6 computadores e demais equipamentos; 1 Sala de pesquisa em libras (pró libras); 1 Sala de estudos (professora de letras); 1 Sala de atendimento.

O QUADRO DE FUNCIONÁRIOS É COMPOSTO POR:

Um coordenador (professora da Universidade); 1 professor colaborador (especialista e pesquisador da TA); 1 técnico administrativo; 1 funcionária contratada; 3 bolsistas; 1 professora pesquisadora em libras; 1 professora de letras que presta apoio na produção textual.

EQUIPAMENTOS DE ACESSIBILIDADE DISPONÍVEIS NO NÚCLEO:

Possui 6 computadores todos com sintetizador de voz instalados; 2 notebooks também com sintetizador de voz; 5 Mouse Adaptado (Roller Mouse); 5 escâner sendo que dessas três são multifuncionais; Lupa Eletrônica de mesa portátil; Lupa Eletrônica com monitor; 2 Impressoras Braille; 1 mesa adaptada para pessoas com deficiência motora.

UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

Tanto para adaptação do material pedagógico pelos bolsistas em áudio ou em Braille, assim como para o uso sem restrições dos estudantes com deficiência para estudos ou realização de trabalhos.

ÁREAS DE ATUAÇÃO:

Apoio à inclusão do aluno com Necessidades Especiais, na universidade em todos os espaços e contextos;

Informa à comunidade da Universidade sobre a legislação e as normas educacionais vigentes que beneficiam os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE);

Promove assessoramento técnico-pedagógico aos professores e coordenadores de cursos da universidade;

Promove um atendimento adequado às necessidades individuais do aluno;

Garante ao aluno a possibilidade de utilizar os equipamentos especiais disponíveis no núcleo;

Propõe convênios com outros organismos e instituições que possam implementar programas de apoio em parceria;

Fornece material didático especializado ou adaptado necessário ao aluno, quando houver disponibilidade. Segue imagens da instituição e do núcleo de acessibilidade.

Figura 6: Entrada Principal da instituição B.



Fonte: Foto tirada na instituição B em 13-03-2013.

Figura 7: Entrada Principal da instituição B.



Fonte: Foto tirada na instituição B em 13-03-2013.

Figura 8: Entrada Principal da instituição B



Fonte: Foto tirada na instituição B em 13-03-2013.

Figura 9: Impressora Braille para impressão de documentos em Braille.



Fonte: Foto tirada na instituição B em 13-03-2013.

Figura 10: Impressora Braille para impressão de documentos em Braille.



Fonte: Foto tirada no na instituição B em 13-03-2013.

Figura 11: Lupa Eletrônica para estudantes com Baixa Visão.



Fonte: Foto tirada na instituição B em 13-03-

Figura 12: mouse adaptados para pessoas com deficiência motora pode ser utilizado com os membros inferiores e superiores.



Fonte: Foto tirada na instituição B em 13-03-2013.

Figura 13: lupa eletrônica de mesa pra pessoas com baixa visão.



Fonte: Foto tirada no núcleo da instituição B em 13-03-2013.

Figura 14: mouse adaptados para pessoas com deficiência motora pode ser utilizado com os membros inferiores e superiores.



Fonte: Foto tirada no núcleo da instituição B em 13-03-2013.

Figura 15: mesa adaptada para pessoas com deficiência motora.



Fonte: Foto tirada no núcleo da instituição B em 13-03-2013.

4.4 ANALISE E REFLEXÕES SOBRE OS DADOS OBSERVADOS

Quanto à caracterização do espaço físico dos núcleos, pode-se observar que estes dispõem de um ótimo espaço, bem adequados para o seu funcionamento.

Os funcionários que compõem a equipe nos dois núcleos são formados por professores com especializações em educação especial, estudantes de graduação e técnicos administrativos. Porém, há um diferencial nas duas equipes: a instituição “A” tem em sua equipe de funcionários uma pessoa com deficiência visual que está à frente de todo trabalho desenvolvido. A instituição “B” conta em sua equipe com um especialista e pesquisador em TA.

Enfim, nota-se que o quadro de funcionários das IES observadas não é o ideal, mas é satisfatório e está de acordo com o decreto 7.611/2011 (BRASIL, 2011a), que prever formação continuada para os especialistas do AEE, uma vez que nos dois núcleos, de acordo com a pessoa entrevistada, os funcionários participam de grupos de pesquisa em educação inclusiva, de seminários e congressos voltados para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Em se tratando de equipamentos e de recursos educacionais para acessibilidade, os núcleos observados dispõem dos equipamentos mínimos exigidos. Segundo os funcionários de cada núcleo entrevistado, eles prestam um atendimento que atende as necessidades específicas dos estudantes quando eles buscam o atendimento especializado, de acordo com o disposto no § 4º do decreto 7.611/2011 (BRASIL, 2011a). Disponibilizam material pedagógico em áudio e em Braille. A instituição “A” disponibiliza um intérprete de línguas, um pequeno acervo em Braille e outro de filmes com áudio descrição.

A instituição “B” não tem em seu quadro de funcionários intérprete de língua de sinais, embora haja na Universidade estudantes com deficiência auditiva. Porém, segundo o profissional entrevistado, os alunos não solicitam o serviço. Afirma que núcleo tinha um intérprete que pediu para se desligar da instituição, mas ainda não foi feito um novo concurso para a contratação de um novo funcionário.

Quando o assunto é acessibilidade arquitetônica, percebe-se o despreparo das universidades para receber os estudantes com deficiência física principalmente para os cadeirantes. As dificuldades que estes encontram são muitas. Entretanto, a instituição “A” conseguiu avançar um pouco mais em relação a “B”, pois há piso tátil desde a entrada da Universidade ligando a cada unidade. Há rampas adequadas

com corrimãos, elevadores com síntese de voz, porém ainda há prédios sem elevadores e, segundo a funcionária entrevistada, a universidade já efetuou a compra desses elevadores que faltam e estão para serem instalados.

Enquanto a instituição “B” em relação à acessibilidade arquitetônica tem andado a passos lentos e pouco tem feito em função de acessibilidade física, só há piso tátil na entrada principal de um dos campos e, mesmo assim, só são alguns metros e deixa a pessoa com deficiência visual perdida, sem orientação em meios a tantos caminhos que dá para as várias unidades. Há rampas sem corrimão e sem obedecer aos critérios da ABNT. Os elevadores existentes não possuem síntese de voz. Há prédios sem elevadores, segundo informações da profissional entrevistada, já tendo sido efetuada a compra e estão para serem instalados também.

Quanto a área de atuação, percebe-se uma preocupação comum nos dois núcleos em firmar convênios e parcerias com instituições que oferecem atendimento as pessoas com deficiência. O que é muito relevante para ambas, pois com o vínculo firmado reforçará o fortalecimento das instituições e a garantia de um atendimento adequado na perspectiva da educação inclusiva.

Por outro lado, nota-se uma preocupação maior da “A”, que na sua atuação realiza cursos de extensão, visando à formação da gestão, docentes, técnicos e funcionários, além de fazer trabalhos de informação e sensibilização com a comunidade do bairro.

Mediante pesquisa e observações diretas realizadas em duas IES de Salvador, pode-se perceber que elas estão munidas de instrumentos e recursos mínimos de acessibilidade exigidos nas legislações que visam garantir a permanência com qualidade dos estudantes com deficiência no ensino superior. Por outro lado, observou que a preocupação maior estar relacionado à eliminação de barreiras pedagógica e de comunicação que estão mais diretamente ligadas às pessoas com deficiência visual do tipo cegueira e baixa visão.

Quando o assunto é deficiência físico-motora, foi observado que nas duas instituições, mas, principalmente, na instituição “B” há pouca preocupação com esse público, com ausência de piso tátil dentro do espaço da instituição, prédios sem elevador ou, quando há elevadores, estes ainda estão para serem instalados, ou outros com elevadores, porém sem serviço de voz para indicar os andares em que se quer parar, rampas inadequadas, sem obedecer os padrões da ABNT.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar e analisar a inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior, relacionando-a com a implementação e funcionamento de Núcleos de Acessibilidade em Instituições de Ensino Superior de Salvador.

A partir das pesquisas de diversos autores como Mazzotta (1996), Edler (2011), Silva e Rodrigues (2004), Miranda (2007), Galvão Filho e Damasceno (2008), Bersch e Pelosi (2007) e políticas de inclusão e acessibilidade, foi possível constatar que a história da educação especial no Brasil foi marcada por situações de segregação e negação de direito sob a herança de modelos importados de outros países, porém ela foi assinalada também por lutas de pessoas que acreditaram e acreditam na educação inclusiva para todos dentro do sistema geral de ensino.

Vivemos, atualmente, em uma sociedade democrática. A democratização política, cultural e educacional contribui para quebra de paradigmas que limitam os direitos dos cidadãos que vivem em situações de exclusão em todos os contextos sociais. As pessoas com deficiência são uma parcela desses cidadãos inseridos no contexto da exclusão educacional. Graças ao rompimento desses paradigmas é possível constatar a criação e aprovação de documentos oficiais que garantem o acesso e permanência dos estudantes com deficiência na educação básica e mais recentemente no ensino superior.

A pesquisa aponta que os documentos oficiais que garantem o acesso e permanência com estruturação de núcleos de acessibilidade no ensino superior são recentes, porém um direito concreto. Contudo, percebe-se que com a implantação das políticas de educação inclusiva o número de estudantes com deficiência que ingressam nas IES é gradativo e isso só se tornou possível com a garantia do AEE, que promove acessibilidade didática e pedagógica através da TA ou por meio de recursos desta.

Por outro lado, percebemos que as IES não estão preparadas para receber os estudantes, público alvo da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, percebido nas ações mediante a lentidão com que estas se adequam para receber esses estudantes.

Pontuamos também a necessidade de investimentos na formação dos docentes e funcionários, assim como a necessidade de políticas institucionais que possam resultar em ações concretas de práticas de acessibilidade e inclusão. Porém como essas iniciativas não acontecem ou quando ocorre são ações pontuais enfim, acredito que cabe aos núcleos de acessibilidade tomar as iniciativas buscando parcerias dentro e fora das IES, e fazer provocações a equipe gestora, a todo corpo docente e discente e funcionários, para que as transformações e mudanças estruturais, sócio educacionais e didáticas continuem acontecendo em função da inclusão para todos .

Na pesquisa vale destacar alguns dados encontrados: as ações pontuais para determinadas deficiências, com ênfase na deficiência visual, foram um dos maiores obstáculos observados para a inclusão dos estudantes com deficiência motora em situação de desigualdade em relação aos demais estudantes, uma vez que foi constatado na pesquisa que os estudantes DV são atendidos adequadamente; os DA, de acordo com as duas instituições, não solicitam a ajuda do intérprete de libras, porque fazem leitura labial, enquanto os estudantes cadeirantes ou com outras dificuldades de locomoção ficam abandonados à própria sorte, contando somente com a solidariedade dos colegas para subir e descer escadas, subir rampas e se locomover pelos espaços das universidades que arquitetonicamente não são acessíveis. Por outro lado, a falta de sinalização tátil deixa igualmente solitários os estudantes com DV que também precisam esperar pela solidariedade dos colegas para se locomover pelos espaços e se dirigir para as salas de aula. No entanto, se as IES cumprissem a rigor os princípios sugeridos na lei 10.098/2000, no decreto 7.611/ 2011a e na portaria nº 3.284/ 2003, esses estudantes teriam garantidos os seus direitos de ir e vir com maior independência e segurança. (BRASIL, 2011a)

O acesso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior são garantias legais, concretas e intransferíveis. Porém, ficou claro que as leis por si só não garantem a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade. Cabe às IES, junto aos núcleos de acessibilidade, desenvolverem ações concretas que quebrem de fato as barreiras que são obstáculos e impedimento para o aprendizado, desenvolvimento, participação e locomoção dos estudantes público alvo da educação especial e garantam de fatos os seus direitos de acordo com a legislação.

Os objetivos desta pesquisa foram alcançados mediante os estudos realizados e observação em duas IES de Salvador. Apesar da observação e análise do funcionamento e ações de dois núcleos de acessibilidade, esta investigação não ocorreu com intuito de comparação, mas de disposição de exemplos, pois se trata de realidades diferentes. Apesar das lacunas percebidas no funcionamento e prestação de serviço dos dois núcleos, o funcionamento destes é fundamental para a permanência dos estudantes com deficiência.

REFÊRENCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NRB-9050/04:**

Acessibilidade a edificações, mobiliário espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

ARANHA, Maria Salete Fábio. (Org.) **Projeto Escola Viva:** garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Visão histórica: v. 2. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BECKER, Howard S. Evidências de Trabalho de Campo. In: _____. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 65-99.

BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel; PELOSI, Miryam Bonadiu. **Portal de ajudas técnicas para educação:** equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. Secretaria de Educação Especial. Brasília: ABPEE- MEC: SEESP, 2007.

BRASIL. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. CORDE. Ata VII. Da Reunião do Comitê de Ajudas técnicas, realizada nos dias 13 e 14 de dezembro de 2007. Disponível em: WWW.acessobrasil.org.br/cms08/seo-atas-9.htm
Acesso em: 08. Jan.2013.

_____. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 01 nov. 2013.

_____. **Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as leis 10. 048 de 8 de novembro de 2000, dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10. 098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, 2004.

_____. Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 2009. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 27 nov. 2013.

_____. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Brasília, 2011a. **PORTAL MEC.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16761&Itemid=1123>. Acesso em: 16 jan. 2013.

_____. Decreto n. 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala, 1999. Brasília, 2001b.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **PORTAL MEC**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 2003.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: 2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

_____. Secretaria Nacional de Promoção dos direitos das Pessoas com Deficiência **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: Protocolo Facultativo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Decreto Legislativo nº 166, de 09 de julho de 2008b.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, e Práticas na Área das Necessidades Educacionais Especiais. 1994. **PORTAL MEC**. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: Deslandes, Suely Ferreira et al (org). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro; Vozes, 1994.

EDLER, Carvalho Rosita. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos "is". Porto Alegre, Mediação, 2011.

GALVÃO FILHO, T. A tecnologia assistiva na mediação dos processos educacionais inclusivos. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves

(Org.). **Educação Especial em contexto Inclusivo**: reflexão e ação. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 119-144.

_____. MEC muda programa para melhorar acessibilidade nas universidades publicação: 27/09/2012. **WWW. Galvão Filho.net**. 2012. Disponível em: <<http://www.galvaofilho.net/>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

GALVÃO FILHO, T. A.; DAMASCENO, L. L. Tecnologia assistiva em ambiente computacional: recursos para a autonomia e inclusão sócio-digital da pessoa com deficiência. In: **Tecnologia Assistiva nas Escolas**. Recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência. Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil), São Paulo, 2008. Disponível em: < www.galvaofilho.net > acesso em: 03 dez. 2013.

INCLUSÃO. **Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. v. 1, n. 1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. In: _____. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002, cap. 3, p. 62-137.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MEINCKE, Amanda Melo; BRAZ, Jean da Costa; MATOS, Sílvia C. de Soares. Tecnologias Assistivas. In: PUPO, Deise Tallarico; Amanda Meincke Melo; FERRÉZ, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006

MIRANDA, T. G. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. In: BAPTISTA, C. R. et al. (Org.) **Inclusão**: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007, p. 120-131.

SILVA, Lázara Cristina da; RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. Acesso ao Ensino Superior: Os Nós Das Políticas de Inclusão Educacional e as Pessoas com Deficiência. 2007. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.br/imagens/anais/pdf/BC05.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013.